

Professores-visitadores: pontes possíveis entre Educação Escolar e Educação Social

ROBERTA BELLINATO¹

RESUMO

Este artigo pretende discutir a possibilidade de aproximação entre alguns elementos da Educação Escolar com o campo da Educação Social. Tal possibilidade será pautada na análise de uma experiência educacional desenvolvida na rede municipal de ensino de Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo. Esta situação propõe a atuação deste profissional em âmbito diferente da instituição escolar, pois o professor deixa o espaço escolar e segue em território domiciliar, sendo a visita dos professores a principal ação do programa. Diante da atuação diferenciada destes profissionais, este artigo busca apresentar em que medida esta experiência pode ser relacionada aos elementos presentes nas práticas em Educação Social, tendo como foco a comparação do professor com o educador social. As análises aqui apresentadas estão pautadas em uma dissertação de mestrado, a qual adotou como metodologia a abordagem qualitativa dos dados, já que se trata do estudo pautado nas relações e percepções humanas. Nela foram realizadas pesquisas documentais, bibliográficas e de campo, destacando a importância dos relatórios construídos pelos professores, nos períodos posteriores às visitas, como fonte principal de informações para as análises efetivadas. Ao término da investigação, algumas características foram identificadas, sendo estas entendidas como emergentes e inerentes à experiência daqueles que visitaram seus alunos, as quais podem ser relacionadas à Educação Social, principalmente na comparação das características despertadas nos professores com as características necessárias às práticas dos educadores sociais. Assim, na perspectiva das práticas destes professores-visitadores encontramos elementos da Educação Social, o que favorece a aproximação destes com os educadores sociais indicando um terreno de diálogo entre a Educação Escolar e a Educação Social.

Palavras-Chave: Educador Social, Família, Visita Domiciliar, Educação Social, Educação Escolar.

ABSTRACT

This article discusses the possibility of approximation between some elements of school education in the field of Social Education. This possibility is based on the analysis of an educational experience developed in the municipal school system Taboão da Serra, São Paulo metropolitan region. This situation suggests the role of professional in different scope of the school because the teacher leaves the school and goes home territory, since visiting teachers the main action of the program. Front of differentiated performance of these professionals, this article aims to show to which reassures this experience can be related to the elements present in the practices in Social Education, focusing on the comparison of the teacher with the social educator. The analysis presented are based in a dissertation, which as methodology approach of qualitative data, since it is based in the study of relationships and human perceptions. It was conducted documentary research, bibliographic and field, highlighting the importance of the reports by professors, in later periods to visit, as the main source of information for analysis effect. At the end of the investigation, some features have been identified, these being understood as emerging from the experience and those who visited their students, which may be related to Social Education, especially in comparison of the characteristics aroused in teachers with the necessary characteristics to the practices of educators social. So, in the perspective of the practices of these teachers, visitors can find elements of Social Education, which promotes the approach of the educators indicating an area of dialogue between the School Education and Social Education.

KEYWORDS: Social Educator; Family; Home Visit; Social Education; School Education.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto da Silva. E-mail: be_nato@yahoo.com.br

OBJETIVO E PROBLEMA DE PESQUISA

O presente artigo busca relatar a experiência de professores que visitam as residências de seus alunos na rede municipal de ensino de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, tendo como foco a releitura desta experiência à luz da Teoria Geral da Educação Social. Assim, pretendemos discutir alguns pontos presentes nesta experiência que podem ser articulados ao campo da Educação Social, sugerindo um diálogo com a Educação Escolar.²

Esta atuação de professores está inserida no Programa Interação Família-Escola, que desde 2005 faz parte dos projetos da Secretaria Municipal de Educação local, a qual tem como ação principal a visita dos professores às casas de seus alunos, situação que propicia a atuação do pedagogo em âmbito diferente da instituição escolar.

JUSTIFICATIVA

Encontramos alguns municípios brasileiros que reconheceram esta experiência como uma prática relevante ao cotidiano pedagógico, fomentando a criação de projetos e programas na esfera pública. Além do município de Taboão da Serra, atualmente encontramos ressonâncias deste programa em outros municípios que realizam visitas domiciliares aos alunos, porém com o apoio de outros profissionais e diversos objetivos.

Atualmente, tal experiência de professores vem despertando o interesse de diversos segmentos da sociedade. No contexto globalizado atual, no qual o tempo é escasso e as relações pessoais se dão por tantos instrumentos diversos como celulares e e-mail, a visita de professores tornou-se uma forma diferenciada de se relacionar com as famílias dos alunos, pautada no relacionamento e interação humana.

Ao longo da história da educação brasileira observamos que a ação docente foi, paulatinamente, sendo confinada nos tempos e espaços das instituições

escolares. No Brasil, no período da invasão portuguesa, os nativos não possuíam instituições escolares, quicã uma rede de ensino. Nesta época, apenas os futuros sacerdotes e os filhos dos colonizadores tinham acesso a uma educação formal, sendo, então, poucas as crianças que frequentavam instituições de ensino.

No período imperial, as poucas escolas públicas eram para os filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores que ministravam o ensino em casa ou iam para os poucos colégios particulares. Segundo Marcílio (2005, p. 54),

[...] a falta de escolas formais onde a infância pudesse estudar foi suprida nas famílias da elite pela educação familiar, que educava em casa os próprios filhos ou contratavam preceptor particular que vivia à sombra da casa grande. A escola formal de primeiras letras não era um fato social, não havia entrado nos costumes e no cotidiano das crianças e suas famílias. Aprendia-se em casa ou diretamente no trabalho.

Assim, podemos dizer que, neste período, a relação que se estabelecia entre as famílias e a educação escolar era limitada já que a maioria das crianças eram instruídas em ambiente doméstico devido à precariedade da educação pública.

Durante o período republicano no Brasil, observamos o movimento de entusiasmo pela educação que se referia à expansão da rede escolar “[...] impulsionadas pelas profundas transformações na sociedade brasileira, como expansão cafeeira, urbanização, crescimento industrial, o fim da escravidão e adoção do trabalho assalariado”. (GHIRARDELLI, 2000, p. 15). A constituição paulatina de uma rede de ensino pública e gratuita deu-se durante a república e, com isso, o fomento à relação entre famílias e escolas.

Percebemos ao longo da história da educação brasileira, que a passagem da função de ensinar para a escola, que outrora em âmbito familiar, acabou por outorgar tal função aos especialistas da educação, colocando em descrédito a competência histórica da família na tarefa de ensinar. Nesta perspectiva, a função de ensinar estabeleceu-se de forma verticalizada e hierarquizada a qual perpassa, até hoje, as relações entre estas duas instituições. O confinamento destes profissionais em instituições escolares e a

² Este artigo está pautado na Dissertação de Mestrado intitulada Professores visitam as casas de seus alunos: uma experiência interpretada à luz da Pedagogia Social, de mesma autoria, pelo Programa de Pós-Graduação de Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Roberto da Silva.

contínua especialização de saberes sobre a docência fomentaram a disseminação da concepção da escola como locus privilegiado do saber.

Diante deste cenário, esta atuação diferenciada de professores, em âmbito distinto da instituição escolar, suscita algumas curiosidades e reflexões acerca de seu processo, de suas potencialidades e implicações seja em relação aos alunos, às famílias, à escola e ao professor.

Contudo, são diversas as possibilidades de investigação que este objeto de estudo carrega em si, neste artigo, nossos olhares buscarão enfatizar quais são as potencialidades da visita junto ao professor, sem desconsiderar sua relação com os outros sujeitos envolvidos no processo. Assim, partimos do pressuposto que esta abordagem poderá trazer à tona alguns elementos intrínsecos a esta experiência e que podem ser aproximados ao campo das práticas em Educação Social.

Discutiremos, então, a relação entre a Educação Escolar e a Educação Social, fato interessante na medida em que a análise efetuada parte de uma experiência educacional que não foi desenvolvida sobre os pilares da Educação Social. Para tanto, buscamos encontrar alguns elementos que indicaram uma aproximação do Programa Interação Família-Escola como as práticas em Educação Social.

CONHECENDO O PROGRAMA INTERAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Antes de falarmos do desenvolvimento da pesquisa, é imprescindível apresentar ao leitor como se dá o processo de visita de alunos que acontece no Programa Interação Família-escola em Taboão da Serra, facilitando a compreensão das análises que serão posteriormente apresentadas.

Podemos considerar que a experiência de visitar as residências de alunos já era uma prática presente no cotidiano de alguns dos professores da referida rede municipal há muito tempo, contudo de maneira paralela às atividades realizadas em sala de aula, ou seja, às margens do sistema oficial de ensino, e de acordo com o desejo e iniciativa pessoal de cada

“ Nesta perspectiva, a função de ensinar estabeleceu-se de forma verticalizada e hierarquizada a qual perpassa, até hoje, as relações entre estas duas instituições. O confinamento destes profissionais em instituições escolares e a contínua especialização de saberes sobre a docência fomentaram a disseminação da concepção da escola como locus privilegiado do saber. ”

professor diante dos desafios da docência.

Recentemente, esta prática passou a ser reconhecida pelo sistema municipal de ensino como prática educativa oficial quando foi instituído o Programa Interação Família-escola, como parte da política educacional local mediante o Decreto Municipal N.33/05. De acordo com o Manual de Orientação ao Professor (2005) o programa apresenta como objetivos gerais:

- Promover a aproximação entre escolas e famílias a fim de garantir às crianças e aos adolescentes o direito a uma educação de qualidade e, salvo de toda forma de negligência e de discriminação.

- Promover ensino de qualidade envolvendo a família no processo educativo;
- Ainda, aponta como objetivos específicos:
- Constituir-se como alternativa de formação continuada de educadores no local de trabalho, favorecendo a construção de soluções compartilhadas entre pais e professores dos problemas de aprendizagem;
- Oferecer condições e informações para que as famílias participem ativamente da gestão democrática das escolas;
- Desenvolver metodologias de pesquisas para interferir no processo de ensino e de aprendizagem;
- Garantir o espaço para discussão e troca de experiências entre docentes e especialistas em educação envolvidos no Programa;
- Subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação para o desenvolvimento de Programas de Formação continuada.³

Consideramos que o programa busca atender princípios da legislação brasileira, quando observamos os objetivos apontados anteriormente. O Programa Interação Família-escola foi concebido em consonância às disposições da legislação nacional, entre elas pontuamos o artigo 205 da nossa Constituição Federal de 1988, que apresenta a educação como um direito de todos e que deve ter seu processo de efetivação compartilhado entre Estado e família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda, preocupa-se com a condição de pessoa em desenvolvimento na qual se encontram as crianças e adolescentes das escolas municipais, fomentando a garantia de direitos fundamentais e auxílio ao seu

aspecto físico, mental, moral e social, buscando atender os princípios estabelecidos na Lei nº. 9069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, como vemos nos artigos a seguir:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Além disso, este programa vem a atender as disposições da Lei n. 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em seu artigo 4º, inciso VIII, encontramos a garantia de “atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Neste ponto, podemos dizer que o programa suplementa a atividade escolar, pois promove a identificação das crianças que estão em situação de privação destas condições, focando algumas intervenções no atendimento dos educandos em suas necessidades e dificuldades.

Colabora na efetivação competências estabelecidas aos dos municípios nos incisos I, II e III do artigo 5º, desta mesma lei de nº 9394/96, que lhes dá a incumbência de:

- II - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;
- II - fazer-lhes a chamada pública;
- III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Com base no Decreto de nº 033/2005, que dispõe sobre a instituição do Programa de Interação Família-escola nas escolas, vemos em seu artigo 1º, como objetivo geral do programa, “a ampliação da

³ Objetivos gerais e específicos retirados na íntegra do Manual dos Professores-visitadores de Taboão da Serra.

rede de proteção social da criança e do adolescente”, propondo o respeito os princípios legais apontados anteriormente. Esta proteção social passa pela garantia de direitos fundamentais e sociais às crianças e adolescentes, como o direito à educação, o ingresso e permanência na escola, superando a falta de condições materiais mínimas que lhes impeçam de exercer seu direito a um ensino de qualidade, que respeite a sua individualidade.

O Manual de Orientação ao Professor (2005), documento municipal, aponta como objetivo do programa “a promoção de ensino de qualidade envolvendo a família no processo educativo fomentando a aproximação destas instituições a fim de garantir-lhes o direito a uma educação de qualidade salvo de toda forma de negligência e de discriminação”, reiterando, mais uma vez, os princípios legais a favor das crianças e adolescentes.

Além do referido objetivo em relação, nos documentos municipais, encontramos objetivos específicos que se referem ao educador e a gestão pedagógica da escola. Entendemos que tais objetivos também implicam em benefícios para as crianças, já que conduzem à construção de práticas pedagógicas com mais qualidade e desenvolvidas a partir da realidade dos alunos.

É imprescindível informarmos que este é um programa de adesão e não obrigatório para os professores, ou seja, a participação destes é de livre escolha, mediante opção individual, não sendo esta uma imposição às suas atribuições. Aqueles profissionais que aderem ao programa devem organizar-se dentro de suas possibilidades pessoais, considerando seu horário de trabalho, estudos e outras tarefas. As visitas acontecem fora do horário regular de trabalho do professor e recebem uma ajuda de custo a cada visita realizada.

Durante o ano letivo, as visitas são devidamente agendadas pelos professores e expressamente autorizadas pelos familiares, respeitando-se os dias e horários disponíveis em acordo mútuo. Informamos que as famílias não são obrigadas a aceitar as visitas dos professores em suas casas sendo que este direito está garantido em legislação municipal que organiza o programa. Entendemos que o movimento da escola

para a família não pode ser feito de forma compulsória, porque a casa constitui o ambiente privado das famílias, cujos moradores têm direitos previstos na Constituição Federal vigente.

As diretrizes do programa oferecem autonomia pedagógica às unidades escolares, estimulando cada uma delas a construir formas diferentes de desenvolvê-lo, respeitando a realidade da comunidade escolar, suas necessidades e desafios.

Após as visitas, até 2009, o professor elaborava um relatório descritivo, contendo as informações coletadas o qual era entregue aos Diretores e Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares, que buscavam dialogar e refletir junto com o professor sobre os possíveis encaminhamentos. Estes relatórios constituíram o documento principal de registro desta experiência, dentro do referido período, servindo de base para as intervenções de diversas naturezas junto aos alunos.

Nas visitas, os professores buscam saber sobre o desenvolvimento das crianças, a constituição familiar dos alunos, as condições econômicas e sociais da família, as condições de saúde e bem-estar físico da criança, as situações de estudo na residência, os locais para realização das tarefas escolares, comportamento da criança em casa, como a família percebe a aprendizagem escolar de seu filho e críticas e sugestões para a escola.

Informamos que desde 2010, ocorreram algumas mudanças na forma de registro das informações sobre os alunos após as visitas. Os relatórios passaram a ser efetuados dentro de um sistema digital, com questões de múltipla escolha e outras questões dissertativas. Dessa forma, o relatório das visitas passou a ser constituído por três etapas: a primeira delas versa sobre a criança antes da visita, a segunda de registrar os dados colhidos durante a visita e a terceira parte, que deve ser realizada depois de algumas semanas da visita, propondo algumas reflexões pedagógicas junto ao professor.

Este novo relatório buscou revelar as mesmas questões emanadas pelas diretrizes do programa formuladas em 2005, envolvendo, assim, aspectos sobre a constituição familiar, econômica, cultural, saúde, habitação, lazer, condições de apoio nas

“ Dessa forma, a escola rompe seus muros inserindo a realidade dos alunos num currículo dinâmico e flexível. Além disso, os professores pontuam que a relação com os alunos e suas famílias é beneficiada, construindo laços de confiança, comunicação mais eficaz e efetivação de parcerias. ”

tarefas escolares, relação entre família e escola, as quais possibilitem uma visão multifacetada e integral dos alunos. Todos esses dados são enviados para uma central que faz o gerenciamento dos dados, possibilitando visualizar os dados gerais da rede municipal e de cada escola.

Um aspecto muito relevante pode ser evidenciado com esta coleta de dados. Ao final de 2011, os professores indicaram que 78% das visitas realizadas provocaram algum tipo de mudança em âmbito pedagógico dos referidos profissionais relevando que as visitas constituem uma oportunidade para a reflexão do professor.

Ainda, pontuamos que há melhoria na qualidade do ensino, onde temáticas da vida das crianças são colocados em pauta na escola, provocando mudanças nas visões que os professores tinham sobre seus alunos e suas famílias. Dessa forma, a escola rompe seus muros inserindo a realidade dos alunos num currículo dinâmico e flexível. Além disso, os professores pontuam que a relação com os alunos e suas famílias é beneficiada, construindo laços de confiança, comunicação mais eficaz e efetivação de parcerias.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para a investigação das possíveis aproximações entre a experiência de visitação de alunos às práticas em Educação Social, com ênfase nas semelhanças da atuação destes professores com os educadores sociais, desenvolvemos uma metodologia de trabalho a qual será exposta a seguir.

Consideramos relevante informar que no ano de 2010, a pesquisadora passou a ocupar o cargo de Coordenadora Geral do Programa Interação Família-escola, na Secretaria de Educação deste município, situação que favoreceu o acesso às documentações e dados do desenvolvimento do programa, oportunizando a observação de seu desenvolvimento junto a vários professores, conduzindo a pesquisadora a indagação aqui proposta.

Este estudo pautado na experiência de professores que visitam as residências de seus alunos em Taboão da Serra pode ser situado no campo das Ciências Humanas e, portanto, passível de diversas formas de entendimento diante da complexidade que envolve o mundo social humano. “As peculiaridades do modo de ser humano foram mostrando a complexidade do fenômeno humano e a insuficiência da metodologia positivista para a sua apreensão e explicação.” (SEVERINO, 2007 p.112)

A presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar o desvelamento dos inúmeros enfoques possíveis ao objeto em questão, entendendo que “o objeto nunca se manifesta totalmente, nunca é inteiramente transparente.” (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007, p. 11)

Optamos por desenvolver esta pesquisa numa abordagem qualitativa, sendo esta uma posição mais pertinente às investigações no campo das ciências sociais, além de mais coerente com a natureza do objeto em questão, permitindo-nos apreciar alguns aspectos objetivos e ou subjetivos presentes na experiência destes professores. Esta abordagem qualitativa será apresentada sobre o viés exploratório-descritivo, posição que favorece o seu registro detalhado.

No que se refere à natureza das fontes e técnicas para coleta de informações optamos pela pesquisa documental como técnica principal, não excluindo a

observação e a pesquisa bibliográfica. Realizamos, então, uma pesquisa documental mais ampla e compilamos fontes oficiais que existem na Secretaria de Educação a respeito do Programa Interação Família-escola como leis, decretos, resoluções, dados estatísticos.

Além disso, foi realizada uma pesquisa envolvendo seis escolas municipais, sendo que estas foram escolhidas em função da existência de arquivos com relatórios descritivos construídos por professores nos anos de 2005 a 2009.

O principal documento utilizado para esta investigação foram estes relatórios de professores por apresentarem posturas, atitudes e comportamentos suscitados nos professores a partir das visitas. Foram recolhidos relatórios de visitas de 16 professores que lecionavam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental nos anos de 2005 a 2009, buscando conhecer todos os relatórios que foram construídos no período de um ano por cada um deles.

A partir da leitura destes relatórios foram encontrados alguns elementos posteriormente, comparadas aos conhecimentos da Educação Social, em especial, àqueles relacionados aos educadores sociais.

O referencial teórico para o desenvolvimento da análise da experiência em questão foi baseado nos conceitos e princípios apontados pelos teóricos e pesquisadores da Pedagogia Social. Ainda, utilizamos a produção teórica de Paulo Freire, cujas obras fomentaram muitas considerações pertinentes às práticas de Educação Social e à fundamentação teórica da Pedagogia Social.

RESULTADOS

Partindo da relação entre as experiências destes professores com os princípios estabelecidos pelo programa, consideramos que a análise evidencia elementos que possam ser relacionadas à Educação Social, permitindo-nos tecer aproximações entre professores-visitadores e educadores sociais, mesmo sendo a visita de alunos uma experiência forjada no âmbito da Educação Escolar.

Quando pensamos na atuação de professores fora do espaço escolar, num primeiro momento, questionamos a natureza desta prática que nasce a partir das visitas às suas casas, no que se refere ao seu campo de atuação: a educação formal, informal ou não-formal.

Podemos, inicialmente, relacionar tal experiência ao campo da educação formal, por se tratar de professores vinculados a uma instituição formal, como é a escola. Ainda, as visitas podem ser concebidas como prática educativa relacionada ao campo da educação informal já que esta acontece atrelada às casas dos alunos, locais da educação familiar, entendida por alguns autores, como educação informal.

Muitas vezes, as famílias são vistas como instituições perpassadas pela informalidade, impondo a falsa concepção de que nelas há ausência de organização e intencionalidade interna. Não podemos afirmar que as famílias não têm intenções ao educar seus filhos de acordo com determinados valores e cultura, mas sim, que cada uma das famílias tem suas intenções, que diferem entre si. Trilla (2008, p. 36) pontua que “a maior parte dos autores situa a família no marco da educação informal e, no entanto, não se pode afirmar que os pais desenvolvam toda sua ação educativa sem a intenção de educar.”

Quanto à estrutura, muitas famílias são consideradas desestruturadas, algo que precisa ser revisado. Estudos recentes indicam que não existe um padrão universal de organização para as famílias. Szymanski (2004, p. 19) aponta que “[...] a família é sempre estruturada de um modo ou de outro [...] Qualquer situação humana que permite manutenção de um vínculo afetivo e oferece acolhimento, cuidado entre adultos para crianças, jovens, idosos, tem uma estrutura”.

Consideramos que a visita dos professores, mesmo sendo uma atividade oriunda do campo da Educação Escolar, acaba trazendo em seu íntimo uma relação com a não-formalidade, também, pelo fato de que ocorre distante da lógica formal da escola, no terreno da não-formalidade das residências dos alunos e em consonância com a especificidade de cada família. Sabemos que cada casa tem sua lógica familiar e as ações que lá se dão não são passíveis de serem

previstas ou controladas por regras oriundas da lógica escolar. Por Educação não-formal

[...] entendemos o conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferentemente concebidas em função dos objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado. (TRILLA, 2008, P. 42)

Diante deste conceito, pontuamos que as visitas atendem aos princípios indicados na caracterização das práticas não-formais de educação, já que a realização delas não confere títulos ou graduação junto ao sistema educacional oficial para professores ou alunos.

Ainda, pontuamos que as práticas pedagógicas contextualizadas nas visitas fomentam mudanças nas práticas efetivadas em âmbito escolar no tocante à flexibilização de seus tempos e espaços, currículos e aprendizagens, atrelados à cultura dos alunos, implicando em diferenças na “organização e estrutura do processo de aprendizado [...] flexibilidade no estabelecimento de conteúdos, segundo os objetivos do grupo”, com objetivos atrelados a formação da sua cidadania. (GHON, 2008, p. 101)

“

Quando pensamos na atuação de professores fora do espaço escolar, num primeiro momento, questionamos a natureza desta prática que nasce a partir das visitas às suas casas, no que se refere ao seu campo de atuação: a educação formal, informal ou não-formal.

”

Sua relação com o referido campo acontece-se, ainda, pela intencionalidade no ato das visitas, onde os professores têm objetivos e funções específicas desenvolvendo um ato educativo intencional junto às famílias e alunos, por meio do diálogo.

Contudo, mais importante que o debate sobre os aspectos formais ou não destas experiências, consideramos fundamental a reflexão sobre seus objetivos, processos e ações os quais acreditamos serem próximos aos da Educação Social.

Quando analisamos os objetivos do Programa Interação Família-Escola consideramos que podem ser relacionados à Educação Social. Estes atendem os princípios da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N. 9694/96 e Estatuto da Criança e Adolescente 1990, atrelando às questões sociais e educacionais.

Podemos dizer que muitos dos princípios presentes em tais legislações perpassam a Pedagogia Social, os quais estão relacionados com a autonomia e a emancipação social dos sujeitos. Caliman (2009, p. 59) nos ajuda na visualização destes princípios e finalidades de uma concepção de educação pautada na Pedagogia Social:

[...] esta tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, do exercício da cidadania, da promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e de marginalidade.

Assim, consideramos que o programa visa o desenvolvimento integral das crianças entendendo-os como seres multifacetados, além de revelar preocupação com os processos e relações entre os participantes tornando o professor-visitador um mediador do processo de aprendizagem e provocador de reflexões na família como ocorre no campo da Educação Social.

As práticas em Educação Social visam favorecer o indivíduo como ser de direito, na construção de sua cidadania, entendendo-a

[...] para além da concepção de cidadania ‘burguesa’, de uma cidadania que não está presa ao Estado, mas que se utiliza deste, que se desenvolve a partir do que hoje se

chama sociedade civil, e que leva em conta as particularidades dos grupos e dos indivíduos. (MANZINI-COVRE, 1996, p. 82)

Alguns autores da Pedagogia Social revelam a possibilidade de articulação entre a Educação Escolar e a Educação Social, convidando-nos a refletir “se a Pedagogia Social que propomos para o Brasil não estaria comprometida também com a educação escolar e formal.” (CALIMAN, 2011, p. 255)

Observamos que muitos desafios que passaram os professores-visitadores são próximos dos encontrados pelos educadores sociais. No cotidiano das visitas, os professores desenvolvem habilidades e reflexões sobre suas práticas pedagógicas, ou seja, sobre sua práxis, atendendo aos princípios das práxis em Pedagogia Social, a qual pode ser concebida como uma ciência construída a partir da reflexão sobre o ato educativo, ou seja, uma ciência prática.

A ação educativa nesse âmbito constitui-se num processo de criação e recriação do conhecimento que parte de uma teoria dialética do conhecimento, pois parte da prática, teoriza sobre ela e volta para a prática para transformá-la [...]. (GRACIANI, 2011, p. 292)

A leitura dos relatórios dos professores possibilitou o encontro de algumas categorias que apresentam ressonâncias nos conhecimentos relacionados aos educadores sociais. Observamos, então, que existem alguns pontos de articulação entre as práticas destes dois profissionais, sendo que algumas características podem ser exercitadas durante o processo de visitação de alunos, as quais são necessárias ao ofício dos educadores sociais.

Na análise dos relatórios encontramos alguns elementos comuns que foram agrupados nas seguintes categorias. Temos a amorosidade inerente a experiência das visitas estreitando vínculos entre alunos, professores e familiares; o diálogo como instrumento e forma de interação e conhecimento da história e cultura familiar; a humildade revelada na condição de aprendiz do professor; a tolerância e respeito diante da realidade do outro; o professor como mediador de processos diante dos diversos contextos

encontrados nas casas dos alunos e a solidariedade despertada na visita.

Estas características também aparecem no Código Deontológico da profissão de Educador Social em Portugal (2001), aprovado no II Fórum Nacional de Educação Social, mesmo com outras denominações, sendo estas indicadas como relevantes ao cotidiano dos educadores sociais, como veremos a seguir:

O Educador Social deve esforçar-se para desenvolver em si qualidades pessoais que otimizem o seu desempenho profissional, tais como a paciência, a tolerância, o autocontrole, a empatia, o altruísmo, o equilíbrio. Deve procurar o desenvolvimento integral do pessoal sustentado em atitudes de respeito, criatividade, iniciativa, reflexão, coerência, sensibilidade, autonomia, fomentando a confiança e autoestima.

Consideramos que a experiência dos professores-visitadores sucinta inúmeras questões acerca dos objetivos da educação escolar na atualidade, já que o conhecimento da situação concreta dos alunos aponta para a necessidade de se repensar a lógica sob a qual a escola está estruturada. Segundo Machado (2009, p. 141)

A própria escola, em suas relações com a família e a comunidade, exige atenções que extrapolam os limites das possibilidades de atendimento pela educação formal e que explicitem a emergência de um olhar socioeducativo para seu entorno.

Entendemos ser fundamental refletirmos em que medida estas demandas concretas dos alunos interferem no desenvolvimento da função social da escola, pontuando que a distância dos referidos fatores pode corroborar com um discurso oficial que, muitas vezes, tem por objetivo a manutenção de um sistema social cada vez mais excludente. Sobre este assunto podemos utilizar as palavras de Gohn (2008, p. 108) ao dizer que

[...] a nova escola deve reconhecer a existência de demandas individuais e coletivas, orientar-se para a liberdade do sujeito pessoal, para a comunicação intercultural e para a gestão democrática da sociedade e suas mudanças [...] deve ser uma escola que uma a formação para a cidadania, a transmissão

competente de conhecimentos básicos e prepare os indivíduos para o mundo da vida.

CONCLUSÃO

A intenção desta pesquisa foi investigar como uma experiência forjada nos domínios da Educação Escolar, referenciada na Teoria Geral da Pedagogia Escolar pode assumir conotações de Educação Social, servindo-se de pressupostos teóricos e metodológicos da Pedagogia Social, enquanto Teoria Geral da Educação Social.

Neste artigo, buscamos propor uma reflexão acerca do deslocamento da relação entre professor, aluno e família para além do espaço escolar, buscando conhecer quais são os elementos que emergem e permeiam esta situação diferenciada construindo um novo olhar sobre esta experiência à luz da Pedagogia Social.

Diante deste debate, pautado nos resultados obtidos nesta investigação, podemos concluir que podemos relacionar a experiência dos professores que visitam seus alunos às experiências vividas por educadores sociais, já que ambos enfrentam desafios semelhantes em seu cotidiano que os impulsionam para o desenvolvimento destas características muito próximas.

Assim, podemos dizer que esta pesquisa traz à tona uma experiência educacional que viabiliza o diálogo entre a Educação Escolar e a Educação Social já que se trata da análise de uma prática que não foi desenvolvida sobre os pilares da Educação Social, mas que mesmo assim, encontramos elementos do referido campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. DF: Senado, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm > Acesso em 10 de fevereiro 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao.htm > Acesso em: 12 fevereiro de 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GHIRARDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 71)

GRACIANI, M. S. S. **Desafios metodológicos da prática social transformadora ou teorizar a prática social para transformá-la**. In: Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da Educação Social, volume 2. Roberto da Silva (orgs.)...[et al.]. 1 ed. São Paulo: expressão e Arte Editora, 2011.

II FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SOCIAL. **Código Deontológico da profissão de Educador Social em Portugal**. In: SILVA, R. da; SOUZA NETO, J. C.;

MOURA, R. A. (orgs). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. p.320

MACHADO, E. M. **A Pedagogia Social: reflexões e diálogos necessários**. In: In:

SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério Adolfo de (orgs). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

MANZINE-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996

MARCILIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILHA, J. **Profissão: Educador Social**. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SZYMANSKY, H. **Família: seus desafios e direitos (I)**. In: Famílias: reflexões e possibilidades. Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo, 2004. p.15-17

TABOÃO DA SERRA, Município de. **Manual de Orientação ao Professor**. Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2005.

TRILLA, J. **Educação não-formal**. In: **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. Trilha, J.; Ghanem, E.; Valéria Amorim Arantes (org). São Paulo: Summus, 2008. Coleção pontos e contrapontos. 167 p.